

DA ÁGORA À PRAÇA CONTEMPORÂNEA: A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS E SUA RELEVÂNCIA NA VIDA SOCIAL.

Lívia Maria da Silva Moreira¹
Maria de Fátima Cavalcante²
Caio Vitor Oliveira Prudêncio³
Antonio Silva De Leo⁴

2025

RESUMO

As praças, desde as primeiras civilizações urbanas, constituem espaços essenciais para a vida coletiva, reunindo funções de encontro, participação social e relação com a natureza. No contexto contemporâneo, esses espaços assumem novos significados, articulando memória urbana, convivência democrática e sustentabilidade ambiental. Este estudo analisa como as praças podem integrar, de forma simultânea, elementos históricos, sociais e ecológicos, contribuindo para cidades mais equilibradas e inclusivas. A pesquisa, de abordagem qualitativa, exploratória e bibliográfica, utilizou análise de conteúdo para examinar autores clássicos e contemporâneos que discutem a evolução dos espaços públicos, suas funções sociais e seu papel no enfrentamento dos desafios ambientais urbanos. Os resultados revelam que as praças mantêm relevância histórica, permanecendo como cenários de interação e construção de vínculos comunitários, ao mesmo tempo em que se consolidam como infraestruturas verdes capazes de mitigar impactos climáticos e promover conforto ambiental. Conclui-se que a integração entre história, sociabilidade e sustentabilidade não apenas fortalece a função das praças, mas também orienta práticas projetuais e políticas públicas voltadas ao desenvolvimento urbano mais humano e resiliente. Dessa forma, reforça-se a necessidade de uma abordagem multidimensional para o planejamento desses espaços.

Palavras-chave: praças; espaço público; sociabilidade urbana; sustentabilidade ambiental; memória urbana.

¹ Graduando do curso de Arquitetura e Urbanismo. Instituição de ensino Uniateneu.

² Graduando do curso de Arquitetura e Urbanismo. Instituição de ensino Uniateneu.

³ Graduando do curso de Arquitetura e Urbanismo. Instituição de ensino Uniateneu.

⁴ Graduando do curso de Arquitetura e Urbanismo. Instituição de ensino Uniateneu.

1 INTRODUÇÃO

Os espaços públicos urbanos acompanham a história das sociedades desde a Antiguidade, configurando-se como locais de convivência e vida coletiva. Na Grécia Antiga, a ágora funcionava como centro político e social, simbolizando liberdade e cidadania (SALDANHA, 1993). De modo semelhante, os fóruns romanos reuniam funções administrativas, religiosas e culturais, enquanto, na Idade Média, as praças europeias passaram a exercer múltiplas atividades, como comércio, celebrações e encontros comunitários (ROBBA; MACEDO, 2003).

A evolução urbana dos séculos XVIII ao XX ampliou as funções das praças, que passaram a integrar lazer, higiene urbana e contato com a natureza, como indicam De Angelis (2000) e Macedo e Robba (2002). Autores contemporâneos, como Jacobs (2011) e Gehl (2013), reforçam seu papel na sociabilidade, vitalidade urbana e fortalecimento do sentimento de pertencimento.

Atualmente, esses espaços são reconhecidos como estruturas essenciais para a convivência democrática, equidade social e sustentabilidade ambiental (QUEIROGA, 2012; THOMPSON; TRAVLOU, 2007). Organismos internacionais destacam sua importância para a saúde urbana, recomendando o acesso a áreas verdes próximas e de qualidade (ONU-HABITAT, 2017; ITDP BRASIL, 2018). Além disso, praças contribuem para o conforto térmico, acústico e emocional da população, conforme apontam Zaganelli (2014) e Alberto e Jesus (2018).

Apesar dos avanços teóricos, poucos estudos tratam de forma integrada os aspectos históricos, sociais e sustentáveis das praças. Assim, este estudo busca responder: como as praças podem integrar história, socialização e sustentabilidade no contexto urbano?

O objetivo geral é analisar como as praças contemporâneas articulam esses três eixos na promoção da qualidade de vida urbana. Os objetivos específicos são: investigar a evolução histórica das praças; compreender suas funções sociais; analisar estratégias sustentáveis aplicadas aos espaços públicos; e identificar oportunidades de integração entre esses elementos no planejamento urbano.

Por fim, este artigo encontra-se estruturado em cinco seções principais. A primeira apresenta e contextualiza a temática estudada, destacando sua relevância no cenário urbano contemporâneo. A segunda reúne e discute os estudos e referências científicas que fundamentam teoricamente a pesquisa. A terceira seção descreve a

metodologia adotada, explicitando os procedimentos utilizados na investigação. Na quarta, são apresentados e analisados os resultados obtidos a partir da revisão e da discussão proposta. Por último, a quinta seção reúne as considerações finais, nas quais são retomados os principais achados e apontadas possíveis contribuições e desdobramentos futuros do estudo.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 DIMENSÃO HISTÓRICA DAS PRAÇAS

A trajetória dos espaços públicos urbanos revela um padrão contínuo de sociabilidade desde a Antiguidade. Na Grécia, a ágora constituía-se como o espaço central da vida pública, funcionando simultaneamente como centro político, comercial e simbólico. Segundo Saldanha (1993, p. 45), “a ágora não era apenas um mercado, mas um espaço de liberdade onde se exercia a cidadania”. Na sequência histórica, os fóruns romanos assumiram papel semelhante, consolidando-se como pontos de encontro, administração e participação cívica (ROBBA; MACEDO, 2003).

Com o Iluminismo e a abertura dos jardins europeus ao público no século XVIII, os espaços verdes passaram a integrar o cotidiano urbano. De Angelis (2000, p. 112) afirma que “os jardins públicos representam uma mudança decisiva, por democratizar o acesso aos espaços vegetados antes restritos à nobreza”. No contexto brasileiro, o Passeio Público do Rio de Janeiro, inaugurado no século XVIII, ilustra essa transição, sendo considerado o primeiro espaço ajardinado destinado ao uso coletivo (MACEDO; ROBBA, 2002).

Autores como Mumford (1961) ampliam essa compreensão histórica ao afirmar que “a cidade nasceu para possibilitar a reunião” (MUMFORD, 1961, p. 62), sugerindo que os espaços públicos são estruturantes da vida urbana desde suas origens. Choay (2006) reforça que a preservação de praças e espaços coletivos corresponde à preservação da memória urbana, já que esses locais são “testemunhos materiais da evolução da vida pública” (CHOAY, 2006, p. 88). Assim, observa-se que a dimensão histórica das praças permanece viva e influencia diretamente a concepção dos espaços públicos contemporâneos.

2.2 FUNÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA DAS PRAÇAS

A literatura contemporânea enfatiza as praças como espaços privilegiados de sociabilidade, convivência democrática e interação entre diferentes grupos sociais. Queiroga (2012, p. 79) destaca que “a praça é o lugar onde a vida pública se manifesta com maior intensidade”. Essa perspectiva é reforçada por Thompson e Travlou (2007), ao afirmarem que o acesso equitativo às praças é essencial para garantir justiça espacial.

Jane Jacobs (2011) argumenta que a vitalidade das cidades depende da presença contínua das pessoas nos espaços públicos, afirmando que “ruas e praças movimentadas criam segurança natural e fortalecem laços sociais” (JACOBS, 2011, p. 54). Gehl (2013) complementa que a qualidade do espaço físico influencia diretamente o uso, afirmando que “as pessoas tendem a permanecer onde se sentem convidadas” (GEHL, 2013, p. 22).

A análise também revela a dimensão psicossocial das praças. Alberto e Jesus (2018, p. 103) afirmam que “o convívio em praças promove equilíbrio emocional, reduz o estresse e fortalece as relações intergeracionais”. Carr et al. (1992) reforçam que a praça é um espaço que serve à coletividade quando oferece conforto, acessibilidade e usos diversos, afirmando que “um bom espaço público é aquele que acolhe e dá suporte à vida cotidiana” (CARR et al., 1992, p. 19).

As praças contemporâneas exercem influência direta sobre a saúde física e emocional da população. Klaus Chaves Alberto e Luciana Jesus (2018) destacam que esses espaços promovem equilíbrio entre corpo e mente, incentivando práticas de atividade física, lazer e descanso. Além disso, a convivência fortalece vínculos sociais e relações intergeracionais, favorecendo a inclusão social e o sentimento de pertencimento comunitário.

2.3 POTENCIAL SUSTENTÁVEL DAS PRAÇAS

Os estudos indicam que as praças configuram infraestruturas verdes essenciais para a qualidade ambiental das cidades. De acordo com Zaganelli (2014, p. 67), “a vegetação das praças atua como filtro natural, amortecendo ruídos e melhorando a qualidade do ar”. A OMS (2018) alerta que níveis sonoros acima de 55 dB geram prejuízos fisiológicos e psicológicos, o que reforça a importância das áreas verdes

como barreiras acústicas.

A ONU-Habitat (2017) estabelece que cada cidadão deve residir a até 400 metros de uma área verde pública, enfatizando o papel das praças na promoção de cidades mais justas, saudáveis e sustentáveis. O ITDP Brasil (2018) complementa que a distribuição equitativa de praças aumenta a mobilidade ativa e melhora a saúde urbana.

Autores clássicos da ecologia urbana reforçam essa perspectiva. McHarg (1969, p. 34) defende que “projetar com a natureza significa integrar processos naturais ao ambiente construído”, princípio aplicado diretamente às praças sustentáveis. Spirn (1984) complementa afirmando que “os espaços verdes urbanos são parte indispensável da infraestrutura ecológica da cidade” (SPIRN, 1984, p. 28).

Além disso, as praças contribuem significativamente para a regulação térmica e hídrica do ambiente urbano, reduzindo ilhas de calor e promovendo drenagem natural. Alberto e Jesus (2018) destacam que áreas arborizadas “reduzem o estresse térmico e proporcionam microclimas mais confortáveis” (p. 111).

Em sintaxe, a prática de caminhadas, o contato com a vegetação e a socialização frequente em praças, reduzem o estresse e fortalecem o sistema imunológico, constituindo-se como instrumentos fundamentais para o bem estar coletivo e a construção de cidades mais humanas.

3 METOLOGIA

A pesquisa desenvolvida possui caráter qualitativo, de natureza exploratória e descritiva, fundamentando-se em abordagem bibliográfica, conforme orientam Gil (2008) e Lakatos e Marconi (2010). A seleção do material teórico incluiu livros, artigos científicos e documentos institucionais relacionados à evolução histórica das praças, às dinâmicas sociais dos espaços públicos e aos princípios de sustentabilidade urbana. Após a coleta das fontes, procedeu-se à leitura integral do material e à organização sistemática das informações.

A análise dos dados foi conduzida por meio da análise de conteúdo, método adequado para a interpretação de textos e discursos, permitindo identificar recorrências, categorias e sentidos presentes nas obras consultadas. As informações foram agrupadas em três categorias temáticas definidas previamente: história das praças, funções sociais e estratégias de sustentabilidade. Em seguida, cada categoria foi

examinada de forma comparativa, buscando convergências, divergências e lacunas teóricas entre os autores. Esse procedimento possibilitou compreender como os diferentes enfoques dialogam entre si e de que modo contribuem para responder à questão norteadora do estudo.

Por fim, a interpretação dos dados seguiu orientação indutiva, permitindo construir inferências a partir dos referenciais selecionados e sintetizar os principais achados apresentados nos resultados. Tal percurso metodológico assegura consistência científica à investigação e sustenta as conclusões propostas ao final do artigo.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

A análise dos materiais coletados permitiu identificar três eixos centrais que estruturaram a compreensão das praças contemporâneas: sua dimensão histórica, sua função social e seu potencial sustentável. Os resultados mostram que esses três elementos, embora amplamente discutidos separadamente na literatura, convergem de forma complementar para a construção de espaços públicos mais completos, inclusivos e ecologicamente equilibrados.

No eixo histórico, observou-se que a evolução das praças revela a permanência de seu caráter simbólico e comunitário desde a ágora grega até os projetos paisagísticos modernos. Autores como Saldanha (1993) e Robba e Macedo (2003) destacam que, ao longo dos séculos, as praças foram adaptando suas funções, mas preservando seu papel como lugares de encontro e expressão coletiva. Essa continuidade histórica evidencia que as praças contemporâneas não surgem isoladas, mas como herdeiras de um legado urbano que valoriza a convivência, o debate público e o pertencimento.

No social, a análise das obras de Jacobs (2011), Gehl (2013) e Queiroga (2012) apontou que as praças seguem desempenhando papel fundamental na promoção da sociabilidade, do lazer e da vida comunitária. A literatura recente indica que esses espaços facilitam interações intergeracionais, estimulam atividades físicas e fortalecem a identidade local, especialmente quando são acessíveis, multifuncionais e bem distribuídas no território urbano. Estudos como os de Thompson e Travlou (2007) reforçam que a convivência democrática depende de espaços públicos acolhedores e equitativos, capazes de aproximar diferentes grupos sociais.

Por fim, no eixo sustentabilidade, os resultados mostram que as praças contem-

porâneas têm sido reconhecidas como infraestruturas verdes essenciais para o equilíbrio ambiental das cidades. A análise das contribuições de Zaganelli (2014), OMS (2018) e ONU-Habitat (2017) evidenciou que esses espaços mitigam temperaturas elevadas, funcionam como barreiras acústicas naturais, regulam a circulação do ar e contribuem para a biodiversidade urbana.

Ao comparar os três eixos temáticos, constatou-se que a integração entre história, socialização e sustentabilidade ainda é pouco explorada na produção acadêmica. A maioria dos estudos analisa esses aspectos de forma fragmentada, o que limita a compreensão das praças. Os resultados desta pesquisa indicam que a praça contemporânea se fortalece exatamente quando combina essas dimensões: quando preserva referências históricas, promove o convívio e incorpora soluções ecológicas. Essa convergência permite responder à questão de pesquisa, revelando que a integração entre os três eixos não apenas é possível, como também é fundamental para o desenvolvimento urbano sustentável.

Assim, os achados demonstram que as praças contemporâneas possuem potencial estratégico para enfrentar desafios urbanos atuais — como isolamento social, ilhas de calor, poluição sonora e degradação ambiental — ao mesmo tempo em que preservam valores históricos essenciais para a vida pública. A discussão evidencia que projetos de praças que articulam memória, convivência e sustentabilidade tendem a produzir cidades mais humanas, democráticas e ambientalmente equilibradas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação realizada permitiu compreender que as praças contemporâneas constituem-se como espaços urbanos de grande complexidade, resultado de uma construção histórica que atravessa séculos e diferentes modelos de cidade. A trajetória iniciada nas ágoras gregas e nos fóruns romanos, passando pelas praças medievais e pelos jardins públicos europeus, demonstra que esses ambientes sempre desempenharam funções essenciais à vida coletiva. Essa dimensão histórica permanece visível nas praças atuais, que continuam a servir como suporte da convivência pública e da expressão social, ainda que inseridas em novos contextos urbanos.

Os resultados evidenciaram que as praças seguem sendo fundamentais para a

sociabilidade e para o fortalecimento dos vínculos comunitários. A literatura contemporânea mostra que espaços públicos bem planejados estimulam usos diversos, incentivam a permanência e ampliam a vitalidade urbana.

Assim, compreende-se que as praças não são apenas cenários do cotidiano, mas sim estruturas que influenciam diretamente o comportamento social, a circulação de pessoas e a construção do sentimento de pertencimento nas cidades. Essa característica reafirma o papel das praças como ambientes democráticos, capazes de acolher diferentes grupos e promover interações que fortalecem a vida pública.

Da mesma forma, as análises demonstraram que as praças exercem um papel ambiental estratégico. Servem como infraestruturas verdes que regulam o microclima urbano, reduzem a poluição sonora e atmosférica, oferecem áreas de sombra, proporcionam conforto térmico e favorecem a biodiversidade. Em consonância com organismos internacionais, como a OMS e a ONU-Habitat, reforça-se a necessidade de garantir acesso universal a áreas verdes, reconhecendo que a presença desses espaços está diretamente ligada à saúde física, emocional e ambiental da população urbana.

Ao integrar as dimensões histórica, social e sustentável, este estudo responde à questão central proposta: as praças contemporâneas podem, de fato, unir memória urbana, convivência social e sustentabilidade ambiental, tornando-se elementos estruturantes da qualidade de vida nas cidades. Essa integração não ocorre de forma espontânea; ela depende de escolhas projetuais, políticas públicas e práticas de gestão que compreendam a praça como um espaço multifuncional e vital para a cidade.

Assim, a pesquisa demonstra que planejar praças contemporâneas exige olhar sensível para o passado, entendimento profundo das necessidades sociais do presente e compromisso com soluções ambientais que assegurem o futuro. Reconhecer as praças como lugares onde história, sociedade e natureza se encontram é fundamental para a construção de cidades mais humanas, inclusivas e resilientes.

Dessa forma, este estudo reforça a importância de que profissionais do urbanismo e da arquitetura incorporem essa abordagem integrada na concepção e requalificação de espaços públicos, contribuindo para o fortalecimento do direito à cidade e para a promoção de ambientes urbanos verdadeiramente sustentáveis.

REFERÊNCIAS

- ALBERTO, Klaus Chaves; JESUS, Luciana. Arquicast 210 – **Praças e Parques Urbanos**. Arquicast, 28 ago. 2023. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/>. Acesso em: 07 fev. 2025.
- CARR, Stephen; FRANCIS, Mark; RIVLIN, Leanne G.; STONE, Andrew M. **Public Space**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- DE ANGELIS, Bruno. Jardins públicos na Europa e sua democratização. **Estudos Urbanos**, v. 5, n. 2, p. 110–124, 2000.
- GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- ITDP BRASIL. **Desenho de cidades saudáveis: guia de mobilidade ativa**. Rio de Janeiro: ITDP Brasil, 2018.
- JACOBS, Jane. **Morte e vida das grandes cidades**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- LIMA, Thiago Hernandes de Souza. **As praças**. Estudos – Revista de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Unimar, n. 12, p. 97–110, 2008.
- ACEDO, Sílvio; ROBBA, Fabíola. **Praças públicas brasileiras: história e projeto**. São Paulo: Edusp, 2002.
- McHARG, Ian L. **Design with Nature**. Garden City, NY: Natural History Press, 1969.
- MUMFORD, Lewis. **The City in History: Its Origins, Its Transformations, and Its Prospects**. New York: Harcourt, Brace & World, 1961.
- OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Environmental Noise Guidelines for the European Region**. Geneva: World Health Organization, 2018.
- ONU-HABITAT. **Global Public Space Toolkit: From Global Principles to Local Policies**. Nairobi: UN-Habitat, 2017.

QUEIROGA, Eugênio Fernandes. Espaço público: sociabilidade e vida urbana. *Paisagem e Ambiente*, n. 30, p. 71–86, 2012.

ROBBA, Fabíola; MACEDO, Silvio. **Praças e sua multifuncionalidade nas cidades europeias**. *Urbanismo Internacional*, v. 12, p. 55–70, 2003.

SPIRN, Anne Whiston. *The Granite Garden: Urban Nature and Human Design*. New York: Basic Books, 1984.

THOMPSON, Catharine; TRAVLOU, Penny. **Open space and social equity**. *Journal of Urban Design*, v. 12, n. 2, p. 217–234, 2007.

ZAGANELLI, Carlos. **Paisagem sonora das praças urbanas: conforto acústico e percepção ambiental**. *Ambiente Construído*, v. 14, n. 4, p. 60–75, 2014.